

Nesta Edição:

- Senado promove debate sobre o PRS 72 de 2010 – ICMS interestadual sobre importados;
- CAE aprova projeto que restringe aos bancos de dados e à fonte a responsabilidade no Cadastro Positivo;
- Comissão do Trabalho debate “Trabalho Decente”;
- Audiências públicas: Exploração de instituições portuárias para uso geral – Processo de desindustrialização;

Senado inicia hoje debates sobre PRS 72/10 - ICMS Interestadual sobre importados

Em audiência pública conjunta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores e convidados discutiram o PRS 72/10, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que uniformiza a cobrança de ICMS em operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

Os senadores ouviram os governadores de Goiás, Marconi Perillo; de Santa Catarina, Raimundo Colombo; do Espírito Santo, Renato Casagrande; do Ceará, Cid Gomes, e o vice-governador do Pará, Helenilson Pontes. Também participaram do debate o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Cayres, e os juristas Clávis Panzarini e Humerto Dias de Souza.

Para os governadores a implementação imediata da medida significa perda de arrecadação e prejuízo para os estados. Marconi Perillo, de Goiás, afirma que o estado pode perder R\$ 1,9 bilhão por ano e Raimundo Colombo, de Santa Catarina, apresentou uma perda de R\$ 950 milhões.

Perillo também questionou a constitucionalidade do projeto, já que criaria alíquotas diferenciadas para produtos nacionais e importados. Já Raimundo Colombo disse que é preciso mais diálogo com os governadores antes da votação do projeto.

O governador do Ceará, Cid Gomes, defendeu a implementação de uma política de integração e desenvolvimento regional sólida como forma de resolver as desigualdades nacionais. Argumentou, ainda, que a falta dessa política motiva os estados a procurarem mecanismos para incrementar suas receitas, o que provocaria a chamada guerra fiscal.

Não houve por parte de Cid Gomes uma manifestação enfática contrária ao projeto, porém sugeriu que fossem adotadas alíquotas diferenciadas para estados e produtos a fim de respeitar as peculiaridades regionais.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, pediu ao Senado que observe dois princípios fundamentais ao discutir e aprovar propostas relacionadas ao pacto federativo. O primeiro é que “nenhum governante pode ter sua receita reduzida”. O segundo é que, ao estabelecer novos compromissos aos estados, as leis apontem as receitas compatíveis para cumpri-los.

Segundo Casagrande, com a aprovação do PRS 72/2010, cerca de 60% das empresas hoje instaladas no estado deverão deixar o Espírito Santo. Por isso, argumentou que, para aprovação do projeto, é fundamental a existência de regras de transição a médio e longo prazo.

Para o governo federal a aprovação do PRS 72/2010 é uma medida necessária. A defesa da proposta foi feita pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que em resposta às cobranças dos governadores sobre medidas de integração nacional explicou que a aprovação da resolução é apenas o início dos debates sobre o pacto federativo e que a intenção do governo é, a longo prazo, promover o desenvolvimento regional em todo o país. Abordou que com a intensificação da concorrência internacional há um comprometimento da indústria nacional e na geração de empregos. Portanto, para a Fazenda, o panorama atual é de insegurança jurídica para o governo e empresas.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, afirmou que estudos da federação demonstram que os incentivos fiscais dados por estados a produtos importados provocaram o fim de 915 mil empregos no setor industrial do país. Skaf lembrou que a indústria de transformação atualmente responde por 14,3% do PIB, mas paga 37% do total de tributos do país.

Paulo Skaf defendeu que os incentivos fiscais incentivam não o desenvolvimento do país, mas o de países estrangeiros que mantêm suas indústrias em andamento. Em compensação, no Brasil, o setor cresceu apenas 0,1% no ano passado. Ao final, enfatizou: “um estado não pode ter um interesse maior do que o do Brasil”.

Já o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Cayres, afirmou que a guerra fiscal é prejudicial para todo o país e, conseqüentemente, para os trabalhadores. Segundo Cayres, a concorrência com produtos importados afeta as indústrias brasileiras que, aos poucos, começam a demitir pessoal.

Apresentaram-se também os juristas Humberto Dias de Souza e Clóvis Panzarini. Para Dias de Souza há no PRS 72/10 um desvio de finalidade que marca a sua inconstitucionalidade, pois os fins almejados pelo projeto não seriam condizentes com os motivos que ensejaram a sua apresentação. De acordo com o jurista, há uma invasão de competência reservada à lei complementar. Portanto, uma resolução do Senado não seria a via adequada tal regulamentação e, no caso de sua aprovação, a resolução seria inconstitucional.

Clóvis Panzarini defendeu que guerra dos portos está desenhando uma nova rota de importações no Brasil, com prejuízos para a indústria nacional, para o Erário dos Estados consumidores ou processadores das mercadorias subsidiadas e para a toda a sociedade, que perde em postos de trabalho e recursos fiscais que estão sendo destinados ao financiamento de ineficiências econômicas.

A segunda audiência está marcada para essa quarta-feira, 21/03/2012, às 14 horas e contará com a participação de juristas renomados e entidades do setor produtivo.

CAE aprova projeto que restringe aos bancos de dados e à fonte a responsabilidade no Cadastro Positivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o parecer do relator, senador Francisco Dornelles (PP/RJ), ao projeto de lei do Senado - PLS 331/2011-, que prevê a restrição da

responsabilidade objetiva e solidária, por danos materiais e morais, que causar ao cadastrado, aos bancos de dados e à fonte.

O parecer do senador Dornelles, aprovado na comissão, foi pela aprovação do projeto e da emenda 01 aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Frise-se que a emenda aprovada na CCJ, e também na CAE, é redacional e altera a ementa do projeto de forma corrigi-la e a torná-la mais clara.

De acordo com o parecer “o consulente não pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados ao cadastrado, tendo em vista que ele é apenas usuário da informação.”

O projeto aprovado (PLS 331/2011) sana equívoco da Lei do Cadastro Positivo, pois restringe a responsabilidade objetiva, que independe de culpa, e que somente pode ser estendida ao banco de dados e à fonte das informações; jamais àquele que faz uso das mesmas para definir se concede ou não o crédito com base em informações obtidas em banco de dados.

A matéria seguirá para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Comissão do Trabalho debate “Trabalho Decente”

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou hoje audiência pública sobre o tema “Trabalho decente, uma questão de gênero”. O debate foi proposto pelo presidente da CTASP, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), que solicitou a realização de diversas audiências públicas a fim de debater o tema.

Na abertura da reunião o presidente da Comissão ressaltou que o conceito de trabalho decente foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está empenhada em sua implantação em todo o mundo. O trabalho decente é assim definido: “Aquele tido como produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade de organização sindical e negociação coletiva, equidade e segurança, sem qualquer forma de discriminação e capaz de garantir uma vida digna”.

O evento contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria.

Os convidados apresentaram seus posicionamentos sobre o trabalho decente dando ênfase ao trabalho da mulher. As discriminações, a igualdade de gêneros, as diferenças salariais, a múltipla jornada e o assédio moral foram alguns dos temas abordados.

A representante da CNI, Rossana Salsano, Analista da Unidade de Relações de Trabalho da entidade, ressaltou em sua apresentação que, no entendimento do setor empresarial, o conceito de trabalho decente envolve os seguintes aspectos: ser produtivo e economicamente sustentável; respeitar a economia e a cultura de cada país; contribuir para a competitividade; e, envolver garantias de proteção aos trabalhadores.

Destacou ainda, que os empregadores têm consciência das dificuldades que as mulheres enfrentam, dividindo-se entre a vida profissional e a vida familiar. Afirmou que é possível verificar, nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs – 1992-2009), que as mulheres vêm avançando muito mais depressa do que os homens no que tange ao rendimento do trabalho, o que faz antever uma redução da diferença ainda mais acentuada em futuro próximo.

Por fim, a representante do setor patronal, afirmou que os empregadores defendem o combate à discriminação contra a mulher no mercado de trabalho e a prática do trabalho decente.

Audiências Públicas - Requerimentos aprovados

Exploração de instalações portuárias privadas para uso geral

A Comissão de Assuntos Econômicos - CAE aprovou requerimento (3/2012) de autoria da senadora Kátia Abreu para realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que "altera a alínea b, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral".

Convidados:

- ✓ Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos;
- ✓ Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP;
- ✓ Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá - PR;
- ✓ **Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;**
- ✓ Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- ✓ Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público - Abratec.

Processo de desindustrialização

Requerimento (2/2012) do senador Valdir Raupp (PMDB/RR) aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE pretende a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no país.

Convidados:

- ✓ Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- ✓ Antônio Delfim Neto, Economista;
- ✓ **Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP;**
- ✓ **Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;**
- ✓ Artur Henrique, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT;
- ✓ Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical;
- ✓ Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo.